

O PENSAMENTO DA NOVA ESQUERDA NO BRASIL 1960-1980

Guido Mantega

I - Introdução

O Pensamento Econômico Brasileiro atravessou dos anos 50 a 80 seu período de maior criatividade. Nessa época, os pensadores brasileiros e seus colegas latino-americanos não se conformavam em engolir as teorias dos países avançados, que vinham prontas para o consumo, e empenharam-se em criar o instrumental analítico para entender o que se passava com as economias latino americanas. Desde logo havia a percepção de que o processo em curso no Brasil e em outros países da América Latina seguia por um caminho diferente daquele percorrido pelos países avançados. Portanto, era necessário no mínimo adaptar a teoria disponível para entender os rumos da sociedade brasileira e, se possível, orientá-la para certos objetivos. O que havia sido escrito até então era insuficiente, quando não equivocado e incapaz de responder as necessidades de conhecimento e principalmente de intervenção que a sociedade reclamava. Surgia assim uma economia política rebelde, diretamente engajada na busca do conhecimento e sobretudo na descoberta do "desenvolvimento econômico", que era reivindicado por amplos segmentos da sociedade. Para construir os modelos de interpretação da economia brasileira esses pensadores não tiveram preconceitos de lançar mão de vários autores e das teorias disponíveis, de modo a produzir as categorias que dessem conta da especificidade da dinâmica brasileira.

Não chegaram a construir um arcabouço que estabelecesse um novo paradigma teórico. Porém deram preciosas contribuições para a elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico em países periféricos. Tempos atrás, um famoso sociólogo disse que a aplicação de uma idéia num outro contexto exige uma adaptação que corresponde a uma verdadeira recriação, ou seja a elaboração de novas categorias¹. Foi isso que fez o pensamento econômico brasileiro, pelo menos antes de entrar no marasmo dos anos 90.

Desde que surgiu, nos anos 50, o pensamento econômico brasileiro produziu pelo menos cinco grandes correntes de interpretação, que disputaram a preferência da sociedade e influenciaram a ação do Estado, durante todo esse tempo. A primeira grande corrente foi a do desenvolvimentismo, que começou nacionalista e democrático, nos anos 50 e virou uma segunda corrente nos anos 60, quando tornou-se internacionalista e autoritário com o golpe de 1964, mantendo-se como pensamento hegemônico até os anos 80. Uma terceira corrente foi formada pelos neomarxistas que tiveram certa influência nos anos 60 e 70 sobre a inteligência latino americana e defendiam teses mais radicais. Uma quarta corrente reuniu os integrantes de uma nova esquerda, que vai elaborar uma versão mais bem articulada das idéias marxistas, keynesianas e de outros autores. Finalmente, nos anos 80 surge uma quinta corrente, que começa com a chamada teoria da inflação inercial e vai desembocar no neoliberalismo brasileiro dos anos 90. Tanto os neomarxistas quanto os integrantes da nova esquerda eram críticos do desenvolvimentismo autoritário posto em prática pelo regime militar e apresentavam alternativas para o capitalismo brasileiro.

A corrente da nova esquerda, começa a tomar pé no Brasil desde o final dos anos 50, se diferenciando tanto da ortodoxia da esquerda tradicional do

¹Vide a respeito Fernando Henrique Cardoso, *As Idéias e Seu Lugar - Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*, 1995, 2a ed, Vozes, Petrópolis, pag. 29.

PCB, quanto do dogmatismo dos neomarxistas. É uma esquerda que amadurece o materialismo histórico e dialético, sem preconceitos de enriquecê-lo com idéias de Weber, Keynes, Schumpeter e outros expoentes do pensamento contemporâneo. Dessa lavra surgirão a teoria da dependência e a teoria do capitalismo tardio, que centraram a dinâmica da sociedade brasileira nas forças internas, colocando em segundo plano os condicionamentos externos. Seus expoentes, como Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Antônio Barros de Castro, Maria da Conceição Tavares, José Serra, João Manoel Cardoso de Mello, conceituaram a dinâmica do capitalismo retardatário brasileiro, seus ciclos econômicos, suas determinações internas, a influência das forças externas, o caráter da dependência e outras especificidades desse objeto de análise. Essa nova esquerda, questiona a eficiência do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento do regime autoritário, e, sobretudo, seu estilo de desenvolvimento concentrador da renda. Nesse sentido produz-se uma ampla literatura sobre os vários aspectos do capitalismo brasileiro, construindo um modelo endógeno de acumulação.

Neste trabalho vou analisar as idéias fundamentais e as obras principais da nova esquerda, com ênfase na teoria da dependência e na teoria do capitalismo retardatário, que estão contidas nessa corrente. Nesse sentido serão examinados seus diagnósticos, a concepção que tinham do capitalismo periférico brasileiro e o projeto que defendiam.

II -Do Funcionalismo à Dialética

A crise do nacional desenvolvimentismo, que se verifica no final dos anos 50, vai produzir um momento de renovação teórica no campo das idéias econômicas e políticas que iria desembocar em novos diagnósticos e novas perspectivas para a sociedade brasileira. Do lado mais conservador, configurava-se uma vertente que, no essencial, mantinha o projeto de industrialização e os demais ingredientes do desenvolvimentismo. Porém excluía a participação popular e pregava um regime político autoritário, mais preocupado com ritmo ou a eficiência da acumulação, do que com a distribuição de renda ou com ampliação do consumo de massas. Surge o desenvolvimentismo autoritário, que seria implantado no país após o golpe militar de abril de 1964, e orientaria a ação do Estado nas duas décadas seguintes, até a crise dos anos 80. No outro extremo configurava-se uma corrente neomarxista, que negava a possibilidade de uma real industrialização, ou de qualquer tipo de desenvolvimento capitalista, num país submetido a "exploração imperialista". Para os partidários dessa corrente, somente a revolução socialista abriria caminho para o desenvolvimento e o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Era uma corrente minoritária, com alguma penetração nos meios intelectuais, principalmente na Universidade, porém com baixa representação social e pequena capacidade de mobilização popular.

Enquanto isso, começam a surgir da Universidade e demais redutos da inteligência brasileira, outras abordagens que não se confundiam nem com as teses desenvolvimentistas, nem com as teses neomarxistas e muito menos com o desenvolvimentismo autoritário. Eram análises que percebiam a impossibilidade de um desenvolvimento capitalista autóctone, e divorciado do capital estrangeiro, como queriam parte dos nacional-desenvolvimentistas, assim como discordavam da inevitabilidade do fascismo ou do socialismo, conforme sustentavam os neomarxistas. Admitiam, isto sim, que estava em curso no Brasil um desenvolvimento capitalista, que se diferenciava do padrão clássico, pois era um desenvolvimento dependente e associado ao grande

capital internacional. Foi essa nova esquerda que produziu, entre outras coisas, os trabalhos que podem ser enquadrados sob o rótulo da Teoria da Dependência e a Teoria do Capitalismo Retardatário ou Tardio.

A rigor não existe uma conceituação precisa para definir o que de fato é a Teoria da Dependência e quais são os trabalhos que nela se enquadram. Aliás muitos autores até questionam essa condição de "teoria" atribuída a produção de um conjunto de autores, que pensaram o capitalismo periférico de uma maneira *sui generis*.² Palma distingue três abordagens ou três correntes dentro da teoria da dependência. Uma primeira corrente constituída por André Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Teothonio dos Santos, O. Caputo e Pizarro, uma segunda vertente, liderada por Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, e uma terceira constituída a partir dos trabalhos de Cardoso e Faletto. Não vejo nenhuma vantagem em colocar todos esses autores no mesmo saco, uma vez que defenderam teses e fizeram diagnósticos muito diferentes dos rumos do capitalismo periférico. Nesse sentido, me parece lícito excluir Frank, Marini, dos Santos e todos os neomarxistas que compartilhavam a tese da inviabilidade do desenvolvimento do capitalismo na periferia, da corrente da dependência, e deixar nela a vertente de Furtado e Sunkel de um lado, e a de Cardoso e seguidores, de outro, cujas diferenças são menores, se bem que significativas. Assim, classificarei como dependentistas aqueles pensadores que fizeram um esforço de superação das teses cepalinas, estagnacionistas e neomarxistas, e conseguiram desenvolver uma nova abordagem do capitalismo retardatário brasileiro, baseada na estrutura de dominação, na luta de classes, enfim nos seus determinantes internos. Trata-se de uma classificação que privilegia as afinidades teóricas dos autores e exclui aqueles que se distanciaram em termos de concepção, diagnóstico e projeto político do capitalismo periférico.

No Brasil, o trabalho que marcou a entrada em cena da nova corrente foi o *Desenvolvimento e Dependência da América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que começou a circular numa versão mimeografada em 1967, e foi publicado no Brasil somente em 1970. Outro livro que também vislumbrava a possibilidade de um desenvolvimento capitalista no Brasil é o *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira* de Antonio Barros de Castro, publicado em 1969. Um trabalho igualmente importante para explicar a retomada do crescimento e a nova fase do capitalismo brasileiro do pós 1968 foi o *"Além da Estagnação"* de José Serra e Maria da Conceição Tavares, publicado no *El Trimestre Económico* em 1971. Daí para a frente os trabalhos da nova esquerda se multiplicaram e caminharam em várias direções. Desde *"A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista"* de Francisco de Oliveira, publicado em 1972, passando pelo *O Capitalismo Tardio* de João Manoel Cardoso de Mello de 1975, houve uma grande safra de trabalhos de vários autores que renovaram o pensamento econômico e gestaram novas interpretações da realidade brasileira e latino americana.

Sem dúvida, o nacional desenvolvimentismo, enquanto projeto político econômico, não satisfazia a um segmento significativo da inteligência brasileira. O golpe de estado de março de 1964 e a derrocada do pacto populista apenas pos a nu as deficiências desse projeto, que tentava reunir no mesmo barco os destinos da burguesia brasileira e das camadas populares. Assim que o sapato apertou e o movimento popular ficou incômodo, a burguesia "nacionalista" pulou fora de uma aliança de classes que era tênue e existia mais na teoria dos nacional-desenvolvimentistas do que na prática. E

²Vide a respeito Gabriel Palma, "Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?", in *World Development*, V. 6, Pergamon Press, 1978, Gran Bretanha.

ainda por cima uniu-se aos proprietários de terra, aos latifundiários, ao capital estrangeiro, enfim a todos aqueles a quem ela deveria se opor, segundo a doutrina desenvolvimentista. Estava claro que havia uma grave deficiência na análise e no diagnóstico que a esquerda fazia da situação socioeconômica brasileira e que a conduzia a uma direção equivocada. Era preciso buscar novas alternativas para a compreensão da sociedade brasileira e novos projetos de sua transformação.

Mas essa insatisfação não era nova e já desde o final dos anos 50 fazia germinar uma nova esquerda no Brasil, empenhada na busca de outros filões interpretativos, que se tornariam importantes nos anos subsequentes para a crítica aos governos militares e na articulação de caminhos alternativos para a sociedade brasileira. Essa nova esquerda era constituída por uma geração mais recente de economistas, historiadores, sociólogos, filósofos e especialistas de outras disciplinas correlatas, e possuía uma formação mais robusta que seus antecessores da velha esquerda.

Como nasceu e onde se formou essa nova esquerda? Foram vários os focos de fermentação de novas idéias, geograficamente situados principalmente no circuito Rio-São Paulo. Até o final dos anos 50 o principal polo de produção de idéias e projetos políticos, tanto da esquerda quanto da direita brasileira, estava situado no Rio de Janeiro, que continuava sendo o eixo político da República, mesmo depois da inauguração de Brasília. Afinal era lá que estavam tanto o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), quanto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e até mesmo a sede do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de outros partidos, ao lado da Fundação Getúlio Vargas e das primeiras Faculdades de Economia, Sociologia e Política do país. Era no Rio de Janeiro que se localizavam os principais meios de comunicação do país, como rádios, jornais, editoras e outros centros de repercussão de idéias.

Porém, em algumas faculdades da Universidade de São Paulo se iniciava um processo de fermentação teórica que promoveria, se não o deslocamento do polo da criação intelectual do país para o centro econômico do capitalismo brasileiro, pelo menos sua partilha com o Rio de Janeiro. No âmbito da economia firmava-se a Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, que já rivalizava com a Fundação Getúlio Vargas do Rio na colocação de quadros no aparelho de Estado e na elaboração da teoria que iria influenciar fortemente a política econômica a partir do final dos anos 60, quando Delfim Netto e sua equipe assumiriam as rédeas da máquina econômica brasileira.

Enquanto isso, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFCH) da USP, um grupo de intelectuais de áreas distintas iniciava uma discussão que se revelaria fundamental para a renovação das idéias da esquerda no Brasil. As análises da sociedade brasileira, produzidas no âmbito do ISEB e adjacências do nacional-desenvolvimentismo eram muito primárias para satisfazer o padrão acadêmico mais exigente da nova leva de professores e estudantes, formados a luz de cursos no exterior e das aulas ministrados por professores especialmente convidados de Universidades européias e norte americanas. Tampouco satisfaziam as análises calcadas num marxismo positivista dos teóricos oficiais do PCB, que apenas transpunham para o Brasil as fases de desenvolvimento dos outros países capitalistas.

Para entender melhor a especificidade da sociedade brasileira e a natureza de suas transformações sociais, era preciso lançar mão de um método bem mais sofisticado do que a dialética simplificada dos marxistas desenvolvimentistas do PCB. Não era por acaso que o diagnóstico dos desenvolvimentistas isebianos e o dos comunistas do Partido em muito se aproximavam, quando não coincidiam. Na verdade, ambos comungavam um

projeto de implantação do capitalismo industrial com forte coloração nacionalista. Este seria o projeto nacional e popular que corresponderia ao avanço do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, para usar o chavão corrente. Não há porque se condenar as limitações da abordagem isebiana e da velha esquerda. Fazia parte das limitações que o país exibía em termos de desenvolvimento intelectual. Os pioneiros, que desbravaram novos horizontes de conhecimento, não tinham onde se apoiar para formular suas hipóteses. Enquanto os que vieram depois valeram-se dessas abordagens primitivas para enxergar mais longe. Subiram nos ombros dos pioneiros para ver um horizonte maior. Portanto, a nova esquerda deve muito a velha esquerda.

Naquela época, no final dos anos 50, já havia alguns pensadores que procuravam fugir da camisa de força das análises isebianas e do marxismo oficial, e davam os primeiros passos em direção a uma visão mais ampla e aguçada da realidade brasileira. Um dos mais expressivos representantes da inteligência brasileira era Caio Prado Jr., que não só fomentava a discussão teórica e política nas páginas da sua Revista Brasileira, que ele fundara com Monteiro Lobato, como escreveu as primeiras análises buscando romper com a rigidez do PCB. Caio Prado Jr. se recusava a fazer uma aplicação mecânica no Brasil da trajetória da revolução democrático-burguesa, que tinha conduzido diversos países europeus do feudalismo ao capitalismo. Em contraposição ao método "etapista" do PCB, ele sustentava que o capitalismo colonial brasileiro era fruto da expansão colonial do capitalismo mundial e estava a ele subordinado. Dava um passo importante para se entender a especificidade do capitalismo brasileiro e sua inserção no circuito de acumulação internacional. A preocupação de Caio Prado Jr. em aprimorar seu instrumental teórico, lhe valeram um entendimento maior da dialética marxista e da lei do valor, que produziram pistas importantes e formulações decisivas sobre vários aspectos da realidade brasileira. São dele as primeiras hipóteses sobre a falta de vocação nacionalista da burguesia brasileira, que depois seria desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso, assim como a primeira crítica mais articulada contra a tese feudal do campo brasileiro. Trabalhando praticamente sozinho e contra a maré do marxismo simplificado dos seus companheiros de PCB, Caio Prado foi um pioneiro que plantou idéias e teve intuições que foram desenvolvidas por seus sucessores³.

Por mais que as diversas contribuições de desenvolvimentistas, marxistas, neomarxistas, nekeynesianos e independentes, que despontaram nos anos 50, ampliassem o horizonte das ciências sociais brasileiras, "faltava dar o passo decisivo na direção da maioridade científica, com a modernização da teoria e a ênfase na pesquisa empírica"⁴.

Movidos pela vontade de enxergar mais longe do que as doutrinas disponíveis lhes permitiam, um grupo de jovens professores e estudantes empreenderam uma viagem teórica que iria conduzi-los a um conhecimento muito mais avançado do que a elaboração teórica preexistente. Tratava-se de conhecer melhor as profundas transformações que estavam em curso no país e, na medida do possível, direcioná-las para uma sociedade mais próspera e igualitária. Desde a Segunda Guerra Mundial difundira-se em praticamente todos os países capitalistas, atrasados ou adiantados, a reivindicação das

³Uma análise mais abrangente de Caio Prado Jr. encontra-se em Guido Mantega, 1995, "Marxismo na Economia Brasileira", em *História do Marxismo no Brasil*, V. II, Editora da UNICAMP, Campinas, pg. 108 e seguintes.

⁴Paulo E. Arantes, "Origens do Marxismo Filosófico no Brasil - José Arthur Giannotti nos anos 60", em João Quartim de Moraes (org), 1995, *História do Marxismo no Brasil*, V. II, Editora da Unicamp, Campinas, pag. 128.

massas urbanas pelo crescimento econômica. A palavra chave para todos os segmentos do centro e da esquerda passou a ser o desenvolvimento econômico. Como traduzir essas metas em propostas concretas ou num projeto que acomodasse os interesses das classes sociais emergentes nos cenários políticos dos diversos países? No mínimo era preciso conhecer melhor essa realidade, mapear os interesses de classe e verificar para onde as transformações poderiam ser conduzidas. A "práxis" política exigia uma teoria, ou um conhecimento mais agudo da sociedade que se queria transformar. Dai nasceu uma teoria ou uma ciência social diretamente orientada para a luta política.

III - Seminário de "O Capital"

Um passo importante nessa direção, foi dado no Brasil no final da década de 50, quando um grupo de intelectuais organizou um estudo sistemático de *O Capital* e de outras obras angulares do capitalismo contemporâneo. "Sob inspiração do filósofo José Arthur Giannotti reuniu-se o que viria a ser um dos segmentos mais expressivos da inteligência brasileira das várias áreas de conhecimento"⁵. Além de Giannotti, participavam do seminário de *O Capital* os economistas Paul Singer e Sebastião Advíncula da Cunha, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Octávio Ianni e Ruth Cardoso e o historiador Fernando Novaes. "Com o estatuto de aprendiz apareciam também alguns estudantes mais metidos: Bento Prado, Francisco Weffort, Michael Löwy, Gabriel Bolaffi e Roberto Schwarz"⁶. Esses personagens, que demonstrariam um grande poder de irradiação nos círculos universitários, procuravam não apenas compreender corretamente a dinâmica capitalista, mas sobretudo observá-la no contexto específico da realidade brasileira. Iniciava-se, assim, uma discussão sobre o materialismo que inaugurava uma reflexão sobre o método e as análises específicas de realidades particulares, que não se detinha em Marx, mas abrangia autores com compreensões próximas ou complementares a obra marxista.⁷

O grupo de estudos começou a funcionar em 1958 e dedicou-se não apenas aos três tomos de *O Capital*, mas mergulhou também nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844 de Marx, abordou *O Capital Financeiro* de Hilferding, a *História e Economia* de Weber e a *Teoria Geral de Keynes*. O predomínio dos filósofos, sociólogos e politicólogos não impediu que os textos escolhidos fossem predominantemente de economia política, aliás seguindo as pegadas do próprio Marx, que produziu *O Capital* e suas obras de maturidade debruçado sobre os livros de Smith, Ricardo, Mills e dezenas de outros teóricos da economia política clássica. Esse arsenal de livros objetivava compreender o capitalismo contemporâneo e o funcionamento de uma sociedade periférica, em grande medida subordinada aos interesses das metrópoles capitalistas. Infelizmente o seminário só durou 6 anos e foi dissolvido em 1964, logo após o golpe militar e a aposentadoria prematura de vários de seus membros, que lecionavam nas várias unidades da Universidade de São Paulo. Entre eles Octávio Ianni, Paul Singer e o próprio Fernando Henrique, que teve de fazer as malas e rumar para o Chile a fim de escapar de um mandato de prisão.

Entretanto, estavam lançadas as bases para um novo estágio das ciências humanas no Brasil. Foi um trabalho seminal que condicionou o florescimento de um novo pensamento da esquerda brasileira. Esses

⁵Vide a respeito Guido Mantega, 1995, pg. 114.

⁶Roberto Schwarz, "Um Seminário de Marx", Folha de São Paulo, 08/10/ 95, pag. 5-4.

⁷Vide a respeito Guido Mantega, 1995, pg. 114.

pensadores iriam muito além das análises destituídas de originalidade que a velha esquerda transplantara dos países capitalistas pioneiros, assim como ultrapassava as deficiências da teoria cepalina da substituição de importações e do desenvolvimentismo em geral. E aqui cabe fazer um reparo para evitar um mal entendido daqueles leitores que esperavam encontrar aqui um trabalho de pensamento econômico *strictu senso*, nos moldes tradicionais. Creio que não se pode abordar o nacional-desenvolvimentismo, a teoria da dependência e outras doutrinas dessa natureza, como meras correntes de interpretação econômica. Na realidade, trata-se de sistemas ideológicos amplos, que abrangem aspectos políticos, e sociais, além, naturalmente de uma interpretação econômica. Dessa forma, estou utilizando um conceito de pensamento econômico *latu senso*, próximo do conceito de economia política, que não se resume à micro e a macroeconomia, mas abrange a política, a luta de classes, o estado e outros aspectos que configuram a dinâmica de uma sociedade capitalista. Sem um conceito de pensamento econômico mais amplo, não seria possível abranger nessa qualificação os trabalhos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, parte dos quais abordou temas cruzando a economia com a política.

A grande tarefa que se colocava no horizonte desse grupo privilegiado de intelectuais brasileiros era a de estabelecer as devidas conexões entre o capitalismo contemporâneo e a sociedade brasileira ou latino americana, fugindo dos esquemas colonial e imperialista que vários pensadores da esquerda mundial, como Paul Baran, Paul Sweezy, Immanuel Wallerstein, Alghiri Emmanuel, André Gunder Frank e muitos outros, nos ofereciam, com baixo poder explicativo. Esses pensadores estrangeiros enxergavam a dinâmica capitalista retardatária muito mais pela ótica dos países avançados, desconhecendo a dinâmica interna das ex-colônias. Os países retardatários eram invariavelmente vistos como meros quintais dos países imperialistas, expropriados de suas riquezas e do excedente, que iria engrossar a acumulação dos centros hegemônicos. Ou então como fornecedores de matérias primas e produtos primários em geral, que também transferiam seu excedente por meio de um intercâmbio desigual entre metrópoles e satélites. Em ambos os casos, tratava-se de uma generalização simplista que servia, quando muito, a uma dezena de repúblicas de bananas. Mas certamente revelava-se inútil para as sociedades mais complexas da América Latina.

A CEPAL e algumas vertentes do desenvolvimentismo conseguiram enxergar um pouco mais longe em relação a essa visão primitiva, a ponto de identificar uma burguesia industrial e outras forças internas. Porém ainda estava presa a uma visão reflexa da dinâmica brasileira, determinada de fora para dentro. Foi nesse ponto que a nova esquerda teve oportunidade de avançar. Colocou o foco de sua análise nos condicionantes internos da dinâmica social brasileira, revelando enfim os verdadeiros determinantes de uma sociedade capitalista retardatária e dependente, a partir de uma análise materialista e dialética inspirada diretamente em Marx.

Certamente a contribuição central do grupo que participava do seminário de *O Capital* foi compreender o materialismo histórico e dialético e transformá-lo num instrumental teórico que pudesse ser aplicado no Brasil. Foi assim que eles desenvolveram as ferramentas que possibilitariam a elaboração de análises de classes da sociedade brasileira, vale dizer, abordagens que privilegiavam as relações e as forças internas na determinação da dinâmica social ou a maneira pela qual as forças externas aqui se materializavam e interagiam com as internas. Colocado de uma maneira simples, Marx havia enunciado que é preciso identificar em cada sociedade ou modo de produção as classes dominantes e dominadas, cujos interesses e conflitos (a famosa luta de classes) irão animar a dinâmica dessa organização

social. Se bem o fundador do marxismo tenha mencionado apenas *en passant* os modos de produção pré-capitalistas, dedicou-se a dissecar o modo de produção capitalista e a luta entre a burguesia e proletariado, classes sociais que ele caracterizou com maestria.

Porém, não era exatamente esse o quadro social que caracterizava a sociedade brasileira da metade do século XX, se bem já houvesse burgueses e proletários na cena política, e muito menos aquele que se verificava em períodos mais distantes do nosso passado agro-exportador. Em outras palavras, as classes brasileiras não se enquadravam nesse esquema marxista e muito menos nos esquemas da sociologia funcionalista americana, que sequer falava em classes, mas enxergava apenas os indivíduos, e quando muito, os atores sociais ou as massas e as elites. Portanto era preciso conhecer a especificidade da sociedade brasileira, com suas classes particulares, seus interesses e sua articulação com os interesses do capitalismo mundial, conforme recomendava a boa dialética.

IV- Fernando H. Cardoso e a Teoria da Dependência

Uma das primeiras tentativas de caracterizar as classes sociais brasileiras foi feita por Fernando Henrique Cardoso em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964). Trata-se do resultado de uma pesquisa coordenada por Cardoso no início dos anos 60 que procura mostrar o que era de fato a burguesia industrial brasileira e o que a diferenciava de uma concepção clássica de burguesia, contida nas análises do nacional desenvolvimentismo. O importante é que essas deduções foram feitas não a partir de uma simples elocubração teórica, mas sim de uma criteriosa observação empírica. E o resultado colidia de frente com as teses desenvolvimentistas que enxergavam uma burguesia industrial nacionalista, progressista e até mesmo revolucionária, aliada natural do proletariado e das massas urbanas na luta por uma industrialização nacional. Portanto essa burguesia industrial possuía a missão histórica de realizar uma espécie de revolução burguesa, que enfrentasse as classes agrária atrasadas e também o "inimigo externo", o imperialismo ou o capital estrangeiro em geral.

Mas o trabalho empírico da equipe de Fernando Henrique apontava na direção contrária. Após uma minuciosa dissecação da burguesia industrial brasileira, o "Empresário" conclui que essa classe não aspirava a realizar qualquer ruptura com as oligarquias agrárias numa revolução burguesa, que a aproximaria do proletariado. Muito menos havia qualquer intenção de afastar-se do capital estrangeiro, do qual ela queria mais era se tornar sócia, se não nas empresas, pelo menos no processo de acumulação. Conforme já foi observado, o pacto populista ou o Estado de Compromisso que vigorou nos anos 50 estava em vias de se esboroar-se naquele início dos anos 60, e a burguesia brasileira na sua maioria conspirava contra o governo de João Goulart, contra os sindicatos e se aliava aos grupos estrangeiros.

Certamente esse segmento da burguesia brasileira nunca morreu de amores pela mobilização popular, pelo movimento sindical e demais aspectos do populismo, assim como nunca viu nos empresários estrangeiros e no seu capital qualquer ameaça para seus negócios. Pode-se dizer, portanto, que o empresariado industrial apenas tolerou o nacional desenvolvimentismo, tirou proveito dele enquanto lhes interessava e estava em vias de descartá-lo em 1962 quando FHC fez a sua pesquisa.

O estudo de Cardoso iria demonstrar que havia uma burguesia nacional no Brasil que não correspondia a sua congênere européia em termos de predileções, interesses e vocação política. Portanto para conhecê-la era preciso

cunhar outro conceito de burguesia nacional. O mesmo se aplicava aos conceitos de proletariado, classe média e demais atores que constituíam o cenário político brasileiro daquela época. Ao definir o conjunto de categorias das classes e dos segmentos de classe que configuravam a sociedade brasileira, Cardoso consegue captar a particularidade dessa dinâmica social, e perceber suas contradições e tendências, com muito mais precisão que as demais abordagens,

Uma das questões cruciais era saber de onde surgia o "impulso para o desenvolvimento", ou seja, de "como no interior de uma sociedade subdesenvolvida, baseada na produção agrária de mercadorias coloniais de exportação, surgiram aspirações, motivos e tipos de ação capazes de dinamizar a sociedade tradicional". Noutros termos, é preciso saber como foi possível organizar e realizar "movimentos sociais" que se propuseram a concretização de um novo modelo de sociedade.⁸ Foi no bojo do próprio processo de industrialização e urbanização que surgiram o proletariado, a classe média, enfim as massas urbanas, a um só tempo massas de manobras e protagonistas de uma nova forma de política. Nas palavras de Cardoso: "A simples presença passiva de novos contingentes sociais não integrados na vida política tradicional foi já fator de desequilíbrio e, portanto, de dinamismo da sociedade tradicional". ... Entretanto, na definição da nova política, as camadas populares foram mais estímulo do que agente. Não havia na "massa" a sedimentação de uma experiência urbana de vida e as "camadas populares" não se engajavam numa situação econômica e social de classe capaz de trazer consigo um projeto de controle do processo de mudança que sua existência colocava como possível."⁹

Tampouco coube a burguesia industrial assumir a liderança desse processo, uma vez que o setor mais dinâmico da indústria nacional manteve-se a margem da ação estatal e teve baixa participação na elaboração do projeto desenvolvimentista. Por isso, a condução do processo político não coube nem as massas urbanas e nem à nova burguesia industrial, mas recaiu nas mãos de "grupos sociais ligados às antigas classes médias e à pequena burguesia recém formada. Expressou-se através do nacionalismo como uma ideologia "desenvolvimentista" e "estatizante" que teve a defendê-la estudantes, profissionais liberais, militares, funcionários públicos, etc, que pertenciam às chamadas elites intelectuais."¹⁰ Isso não significa que o poder político tenha resvalado para as mãos dessa elite intelectual. Pois as camadas dominantes tradicionais não abriram mão dele, mas lutaram, se transfiguraram e aliaram-se a novos grupos ascendentes, para preservar seu antigo poder.¹¹ No Estado de Compromisso¹² que se estabeleceu nesse período, quem mandava mesmo no Estado, pelo menos no que tange a suas decisões cruciais, era a aliança entre as elites tradicionais dos grupos agrários e financeiros e membros da burguesia industrial, muitas vezes sob a tutela de um líder populista, como Getúlio, Juscelino ou Jânio, que, no frígido dos ovos, realizavam os interesses das elites, a despeito de algumas concessões as "massas". Afinal, o nacionalismo (pelo

⁸Fernando Henrique Cardoso, 1964, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, Difusão Européia do Livro, SP, pag 72.

⁹Fernando Henrique Cardoso, 1964, pag. 87.

¹⁰Fernando Henrique Cardoso, 1964, pag. 88.

¹¹Fernando Henrique Cardoso, 1964, pag. 89.

¹²O conceito de Estado de Compromisso foi primeiramente desenvolvido por Francisco Weffort em *O Populismo na Política Brasileira*, 1978, RJ, Paz e Terra. Para uma boa análise da importância desse conceito na teoria do Estado brasileiro vide José Luís Fiori, *Em Busca do Dissenso Perdido*, op. cit., pag. 11.

menos em Juscelino) era mais retórico, para apaziguar a esquerda, enquanto o capital estrangeiro entrava a vontade na estrutura industrial brasileira.

A pesquisa de Cardoso constatava que a burguesia industrial brasileira constituía uma camada social recente e heterogênea, que, até o início dos anos 60, não havia ainda tido tempo para desenvolver uma consciência de classes, no sentido de Lucács. Oriunda de grupos de imigrantes ou de antigas camadas senhoriais, essa burguesia tinha um passado recente e pouco tempo para desenvolver valores comuns. Por isso ainda não reagia como grupo aos problemas com que se defrontava.¹³ Não obstante essa imaturidade, ela sempre soube que o futuro da acumulação seria mais promissor com a presença ou com a ampla participação dos grupos econômicos estrangeiros. Na verdade ela nunca chegou a encampar um projeto de capitalismo autóctone, que era defendido por segmentos da esquerda, mas decidiu-se por um projeto de capitalismo associado, mesmo que este viesse a lhes reservar uma posição subordinada, porém com perspectivas mais sólidas de lucros.

O "Empresário" foi publicado em março de 1964, menos de um mês antes que os militares destituíssem João Goulart e tomassem o controle do Governo, a partir de uma conspiração das velhas oligarquias agrárias com a burguesia industrial e todo o apoio do capital estrangeiro. Estava confirmada a hipótese de Cardoso de associação da burguesia industrial com o capital externo. E além disso os empresários ainda preferiam aliar-se com as classes agrárias tradicionais do que com as massas urbanas e o proletariado. Definitivamente a burguesia brasileira não era revolucionária, pelo menos no sentido clássico.

A partir do desenvolvimento categorial contido em "Empresário", a burguesia nacional, e outros protagonistas da política brasileira, deixam de ser meras abstrações formais, ou figuras extraídas da Revolução Francesa, para adquirir concretude e substância. Estavam lançadas as bases de uma análise materialista e dialética da realidade brasileira. A rigor, o "Empresário" já contém as bases da teoria da dependência que seria explicitada em trabalhos posteriores.

Três anos depois de publicar o "Empresário" Fernando Henrique Cardoso, já no Chile por força dos militares, escreve juntamente com Enzo Faletto *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, o livro que o projetaria no circuito intelectual internacional. É um trabalho que transcende o âmbito nacional porque não se circunscreve ao Brasil, mas analisa, sobretudo, as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico nos países da chamada periferia capitalista.¹⁴ Portanto pretende abranger a Argentina, México, Chile, Colômbia, Uruguai e outros tantos países com graus distintos de desenvolvimento econômico e de articulações políticas internas. Não se trata de um trabalho centrado na dependência, apesar de ter ficado conhecido como tal, mas sim de um estudo sobre as formas de desenvolvimento econômico na periferia capitalista. Portanto esta mais para uma teoria do desenvolvimento, do que uma teoria da dependência, se bem esta esteja inevitavelmente compreendida no desenvolvimento de países subordinados ao circuito capitalista internacional.

Quem se preocupou mais com as questões externas ou as relações de dependência propriamente ditas foram Paul Sweezy, Paul Baran, e mais Immanuel Wallerstein, juntamente com boa parte da esquerda norte

¹³Fernando Henrique Cardoso, 1964, pag. 160.

¹⁴Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaios de Interpretação Sociológica*, 1970, Zahar Editores, SP, pag.

americana e de todos aqueles, como André Gunder Frank, que achavam que o subdesenvolvimento era apenas uma construção do imperialismo e a ele permanecia subordinado. Nesses termos, a dinâmica da periferia seria apenas derivada da dinâmica do centro, pelo menos enquanto não houvesse nesses países periféricos uma revolução socialista, que rompesse os laços de dependência. Ai sim, sob essa ótica, a teoria do desenvolvimento ou do subdesenvolvimento fica reduzida a questão da dependência, mesmo porque não há propriamente desenvolvimento capitalista. Prevalece a relações entre Nações em detrimento das relações internas da Nação dependente.

Mas Cardoso e Faletto se diferenciaram dessa abordagem e enfatizaram justamente uma dinâmica interna ou os fatores internos para caracterizar um processo que tem muitos graus de liberdade ou distintas possibilidades, se bem persistam laços de subordinação. Em outras palavras, deve-se considerar sobretudo a estrutura social e política desses países, ou as forças sociais e políticas que constituem suas estruturas de dominação, pelo menos naqueles países onde "a produção é controlada nacionalmente", e portanto já há uma dinâmica interna de acumulação de capital. Neste caso a prioridade deve recair numa teoria do desenvolvimento dos países periféricos.

Nesse sentido o trabalho de Cardoso e Faletto é, antes de mais nada, uma tentativa de superar o reducionismo econômico da CEPAL, que privilegiava o processo de substituição de importações e contentava-se com as relações comerciais (ou a deterioração dos termos de intercâmbio), ao invés de fazer uma análise em profundidade da estrutura de dominação, que já contém os laços com o capital estrangeiro. Não se trata de negar os aspectos econômicos, mas sim de "buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los. Isso supõe que a análise ultrapasse a abordagem que se pode chamar de enfoque estrutural, reintegrando-o em uma interpretação feita em termos de "processo histórico".¹⁵ Portanto, o enfoque dependentista de Cardoso e Faletto vai fazer uma abordagem política que, a rigor, já engloba os aspectos econômicos. Ficava claro que a questão do desenvolvimento deixava de ser uma questão meramente econômica para ser uma questão política.

A principal contribuição de Cardoso e Faletto foi ter definido a metodologia para uma análise histórica e dialética do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento, e avançado em alguns aspectos de uma teoria do desenvolvimento para países da periferia capitalista, o que já foi uma contribuição decisiva para o amadurecimento das ciências sociais latino-americanas. Não lograram, entretanto aplicar satisfatoriamente seu próprio instrumental, uma vez que teriam de reinterpretar a história econômica, proeza essa que ninguém ainda havia conseguido até o final dos anos 60. Contentaram-se com a periodização cepalina (economia agro-exportadora, processo de substituição de importações e internacionalização do mercado interno), ao invés de erigir uma outra, ficando limitados por ela, conforme observou João Manoel Cardoso de Mello.¹⁶

Mesmo tendo privilegiado os fatores internos e a estrutura de dominação para explicar a dinâmica social latino americana, a teoria da dependência continuou dando grande importância aos fatores externos para viabilizar o capitalismo periférico. Segundo essa ótica, o capitalismo periférico

¹⁵Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, 1970, pags. 22 e 23.

¹⁶Vide a respeito, João Manoel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, 1982, Brasiliense, SP, pag. 26. Lídia Goldenstein também faz essa crítica a Cardoso em *Repensando a Dependência*, 1994, pag 46.

dependia, para sua implantação, da vontade ou dos interesses do capital externo, sem os quais a industrialização não prosseguiria. Portanto o conceito de dependência buscava qualificar tanto as relações de classe que se estabeleciam no interior dos países periféricos, quanto as relações entre o centro e a periferia, vale dizer as relações entre Nações. Francisco Weffort assinala que há uma ambigüidade no conceito de dependência, que se refere seja a dependência externa, indicando as relações da Nação com os países centrais, seja a dependência estrutural, que nomeia, ao mesmo tempo, as relações externas e seus efeitos estruturais internos sobre as classes e as relações de produção.¹⁷ Respondendo às críticas de Weffort, Cardoso argumenta que não há uma indecisão entre privilegiar a classe ou a Nação, mas sim uma "contradição real" entre esses termos, ou seja, "a contradição entre as classes nas situações de dependência inclui contradições específicas entre a Nação (o Estado), e o Imperialismo e entre os interesses locais das classes dominantes e seu caráter internacionalizante."¹⁸

Além disso, a Teoria da Dependência não continha, pelo menos explicitamente, um novo projeto político, que desse uma resposta ao projeto dos militares e, ao mesmo tempo, fosse uma alternativa ao nacional-desenvolvimentismo, com seu projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Sob este aspecto, há uma espécie de fatalismo no dependentismo, que, por um lado, rejeita a revolução socialista dos neomarxistas, e, por outro lado, aceita, com uma certa passividade, o desenvolvimentismo dependente associado. Para a revolução socialista seguramente não havia forças políticas suficientes, e o capitalismo autóctone era uma possibilidade remota. Qual caminho restava então? O desenvolvimento capitalista dependente e associado, respondia a teoria da dependência. Mas esse era justamente o projeto da nova aliança de classes que se formara em 1964. Portanto, faltou a essa corrente a definição de um projeto alternativo ao desenvolvimentismo, diferente daquele que estava sendo implantado pelos governos autoritários do pós 64. Faltou questionar com mais veemência o tipo de desenvolvimento que se instalava com os militares. Esses pensadores tinham em mente, enquanto paradigma, o capitalismo dos países avançado, como se fosse o único modelo e o mais adequado a realidade brasileira.

A despeito dessa lacuna e de outras deficiências apontadas por diversos autores, a Teoria da Dependência representou um inegável avanço em direção a uma teoria do desenvolvimento de países capitalistas retardatários. Foi um veio criativo que introduziu algumas idéias originais sobre desenvolvimento econômico periférico. Evidentemente não foi estabelecido um novo paradigma teórico e ficou longe de se construir o equivalente a uma nova teoria marxista da acumulação ou uma outra teoria keynesiana. O que não impediu que se desenvolvessem idéias originais e interpretações inovadoras sobre a realidade latino americana, justamente com base nas idéias dos "clássicos" do pensamento ocidental. Certamente "mesmo as mais originais interpretações latino-americanas sobre o desenvolvimento econômico têm raízes extracontinentais", diz Cardoso em *As Idéias e Seu Lugar* (1993)¹⁹. Nem por isso carecem de originalidade, uma vez que, o que é novo é precisamente o "requentado", ou seja, é a aplicação de uma idéia produzida nos centros

¹⁷Vide a respeito Francisco Weffort, "Notas Sobre a 'Teoria' da Dependência: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional?", em Estudos CEBRAP 1, 1971, SP. 7.

¹⁸Fernando Henrique Cardoso, 1971, "Teoria da Dependência" ou Análises Concretas de Situações de Dependência?, Estudos CEBRAP 1, Edições CEBRAP, SP, pag. 33.

¹⁹Editora Vozes, Petrópolis.

culturais num novo contexto, o que implica num enriquecimento²⁰. Nesses termos, pode-se afirmar que a Teoria da Dependência, a semelhança com a teoria cepalina, escreveu um capítulo importante da teoria do desenvolvimento da América Latina e deu uma contribuição decisiva para a construção de uma teoria do desenvolvimento da periferia capitalista.

Vinte e tantos anos depois não mudou muito a avaliação e as críticas que os intelectuais brasileiros fazem à teoria da dependência. As interpretações oscilam desde as mais céticas críticas, que negam qualquer valor explicativo a essa teoria, até aquelas que reconhecem nela uma contribuição efetiva para o conhecimento da sociedade brasileira, num momento em que as ciências sociais brasileiras ainda engatinhavam. As mais céticas vem justamente daqueles cujas idéias colidiram com as da dependência. É o caso de Roberto Campos e Delfim Netto que defendiam o desenvolvimentismo autoritário, e foram criticados pelos dependentistas. Para eles a teoria da dependência era primitiva, não acrescentava nada do ponto de vista teórico e esta equivocada quanto a suas conclusões.²¹

Me parece difícil negar a importância e a repercussão da teoria da dependência para o pensamento econômico e social latino americano. Foi um pensamento que se insurgiu contra a análise que o "stablishment" fazia dessas sociedades periféricas e continha um forte componente de rebeldia, que naturalmente desagradava os cultuadores do *status quo*. Se bem a crítica ao regime militar pudesse ter sido mais contundente, a análise de classes que ela continha por si só já colocava o dedo na ferida das contradições e conflitos que dividiam a sociedade brasileira. Para alguns críticos, a teoria da dependência de Cardoso e Faletto tinha um certo caráter reformista que a impedia de vislumbrar novas alternativas para a sociedade brasileira.²² Possuía também um certo fatalismo ao considerar inevitável a participação do capital estrangeiro na viabilização do capitalismo retardatário brasileiro. Haveria uma só saída para o subdesenvolvimento, que passaria pela associação com os capitais estrangeiros. Desenvolvimento sim, só que dependente e associado. Alguns críticos dizem que esse fatalismo explica as posições políticas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se tornou padrinho ou grande "promoter" da associação com o capital estrangeiro.

As ambigüidade políticas da dependência e a falta de um projeto alternativo claro ao Modelo Brasileiro de Desenvolvimento dos militares, não lhes retira o mérito de ter feito avançar a compreensão das sociedades periféricas. Além disso foi um ideário que se projetou sobre toda a intelectualidade latino-americana e exerceu mesmo alguma influência nos centros intelectuais avançados. Equivocam-se aqueles que não dão maior importância a teoria da dependência. Se ela é hoje desconhecida pelos digníssimos representantes dos main stream, conforme afirmam alguns ²³, é por mera ignorância deles e não por falta de importância dessa teoria. Nos anos 60 e 70 a teoria da dependência era o centro das discussões e debates, não

²⁰"A reposição de idéias em novos contextos, longe de ser um processo meramente repetitivo, implica num enriquecimento." Fernando Henrique Cardoso, *As Idéias e Seu Lugar*, op. cit., pag. 73.

²¹Vide a respeito Roberto Campos e Antonio Delfim Netto em C. Biderman, L.F.L.

Cozac e J.M. Rego, *Conversas com Economistas Brasileiros*, 1996, Editora 34, SP

²²Uma visão panorâmica das críticas de diversos autores a Teoria da Dependência esta na revista *Latin American Perspectives*, que dedicou dois volume inteiros para a discussão dessa teoria. Vide números 30 e 31, Volume VIII, Verão de 1981.

²³Vide a opinião de E. Giannetti da Fonseca em C. Biderman, L.F.L. Cozac e J.M. Rego, 1996, pag. 394.

nos gabinetes dos teóricos do autoritarismo naturalmente, mas sim nos principais centros intelectuais latino americanos.

Foram vários os pensadores que se inscreveram na tradição da teoria da dependência. A partir do final dos anos 70 vão se multiplicar os trabalhos de autores brasileiros esclarecendo aspectos dessa problemática mais geral da teoria do capitalismo periférico. Era preciso repensar as classes sociais, o Estado, os interesses econômicos ou as alianças políticas a luz de uma dinâmica que se definia nacionalmente, mas que integrava também as forças externas do capital estrangeiro. A teoria da dependência pensava um esquema mais geral, que dava um norte ou um quadro de referência, porém permanecia genérico e indeterminado. Era preciso determiná-lo com análises específicas do processo de acumulação, da burguesia brasileira, das classes agrárias (a agricultura de mercado interno e externo), dos sindicatos, do proletariado, dos camponeses, da marginalização, da urbanização, e de outros aspectos constitutivos da totalidade socioeconômica latino americana.

V- Paul Singer e o Ciclo Endógeno de Acumulação

O pensamento econômico da nova esquerda vai dedicar-se a caracterizar o capitalismo retardatário brasileiro, a partir de análises mais sofisticadas que aquelas da substituição de importações. Em 1965 Paul Singer publica um artigo na *Revista Civilização Brasileira* procurando identificar os ciclos de conjuntura em economias subdesenvolvidas²⁴. A importância deste trabalho de Singer esta na tentativa pioneira de detectar o movimento cíclico da economia brasileira a partir de condicionantes internos. Portanto, já se começava a pensar numa dinâmica interna de acumulação, com suas determinações endógenas pesando mais do que as determinações externas. Sob essa ótica, a crise dos anos 60 não é vista como o esgotamento da substituição de importações, mas como uma crise de conjuntura que sucedeu a expansão dos anos 50. Após um período de grandes investimentos e de aplicação da poupança disponível, faltam os recursos para o Estado e para a iniciativa privada darem prosseguimento à industrialização. Nesse processo de industrialização, alguns setores crescem mais do que outros, criando desproporções e pontos de estrangulamento que tornam-se focos inflacionários e vão aumentar os custos da economia. Esse é o resultado da anarquia da produção²⁵, ou seja, da alocação desigual de recursos feita pelo mercado, que acaba resultando nas crises conjunturais. Finalmente a política antiinflacionária do governo Castelo Branco agravou a crise ao conter os salários e o crédito e ainda por cima elevar o custo dos serviços e da carga fiscal.

Essa análise cíclica seria utilizada por Singer anos depois para avaliar as perspectivas do "milagre" brasileiro. Em "Contradições do Milagre",

²⁴Paul Singer, "Ciclos de Conjuntura em Economias Subdesenvolvidas", *Revista Civilização Brasileira* n. 2, maio de 1965, republicado em *Desenvolvimento e Crise*, 1977, 2a Ed., Paz e Terra, RJ.

²⁵A anarquia da produção advem do fato de que "a acumulação de capital é realizada por um sem número de atos individuais, unicamente guiados por um barômetro, às vezes bastante enganador, qual seja, a situação do mercado". Dessa maneira, a expansão econômica desencadeia um impulso para acumular que, em algum momento, tende a ultrapassar a disponibilidade de poupança real, representada pelos fatores de produção (mão de obra, terra e capital). "Tão logo um dos fatores começa a escassear, a sua remuneração se eleva. O custo maior desse fator se irradia por todo o sistema, ocasionando uma elevação geral dos preços." Paul Singer, op cit., pag. 128.

publicado em dezembro de 1973²⁶, Singer denunciava, com antecedência, as crescentes dificuldades que surgiam no caminho do "milagre". O crescimento explosivo do Produto Interno, a taxas superiores a 10% ao ano, chegando mesmo a 14% em 1974, conduziria ao esgotamento dos fatores de produção e às barreiras físicas do crescimento. Em 1973, já faltavam à mesa do consumidor vários produtos essenciais, como carne, leite, feijão (em parte devido ao protesto dos fornecedores contra os preços tabelados), assim como várias matérias primas, insumos básicos, peças e componentes e, consequentemente, bens duráveis, como eletrodomésticos e automóveis. A agricultura lutava com a falta de tratores, fertilizantes e insumos em geral. A mão de obra, mesmo a pouco qualificada, começava a escassear por todo o parque produtivo, com elevação de salários. Portanto, no último ano do governo Médici a economia brasileira reunia as características de um auge conjuntural, que denunciava uma inflação reprimida (haveria uma generalização do aumento de custos) e levaria a uma crise cíclica.²⁷

O alargamento das importações havia permitido suprir as crescentes necessidades de insumos e bens de capital que a produção brasileira em expansão requeria. A balança comercial e a de transações correntes vinham se mantendo equilibradas, graças ao aumento das exportações e a maciça entrada de capitais de risco e de empréstimo entre 1968 e 73. Mais uma vez, a semelhança do ciclo expansivo de 1956-61, a poupança externa jogava um papel importante no ritmo de crescimento do PIB brasileiro. Portanto, era o esgotamento dessa poupança, que em parte determinava os limites para o crescimento econômico. Não obstante a abundância de recursos externos, o crescimento de 1968 a 1974 foi tão violento que começou a esbarrar no limite constituído por bens não importáveis, cuja substituição era mais difícil de realizar. De modo geral a análise de Singer estava correta. De 1974 em diante verificava-se uma crescente pressão inflacionária que sinalizava para os limites do crescimento, se bem que o golpe fatal tenha vindo do exterior, com o choque de petróleo de 1974. A abordagem de Paul Singer passava pelo batismo de fogo da realidade. Conseguiu prever corretamente os rumos da acumulação brasileira naquele momento. Cumpria assim um dos principais requisitos de uma boa análise, qual seja, a capacidade de previsão, que advém de um diagnóstico acertado.

No final dos anos 60, Celso Furtado continuava sustentando que as principais economias latino-americanas, incluindo o Brasil, continuariam mergulhadas na estagnação. No artigo "Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: Um Enfoque Estruturalista"²⁸, o fundador da SUDENE acreditava que acabara-se o dinamismo do desenvolvimento industrial alimentado pelo processo de substituição de importações. Segundo ele, essa industrialização se fizera preservando-se um importante setor pré-capitalista, que mantinha padrões de vida baixos e fornecia uma oferta ilimitada de mão-de-obra, aviltando os níveis salariais. Além disso a industrialização brasileira ocorrera com base em tecnologia capital intensivo, que não absorvia mão-de-obra, concentrava a renda e resultava numa relação produto-capital elevada, o

²⁶O artigo "As Contradições do Milagre", foi publicado no *Estudos CEBRAP* n. 6 de out-dez de 1973, e republicado em *A Crise do Milagre - Interpretação Crítica da Economia Brasileira*, 1976, Paz e Terra, RJ.

²⁷Vide a respeito Paul Singer, "As Contradições do Milagre", *Estudos Cebrap* 6, out-dez 1973, SP, pag. 60.

²⁸Trabalho publicado em A. Bianchi (org.) *América Latina: Ensayos de Interpretación Económica*, Santiago, Ed. Universitária, 1969.

que deprimia a taxa de lucro. Sob essa ótica não haveria massa salarial suficiente para se instaurar uma dinâmica auto sustentada de acumulação.

No fundamental, são as mesmas idéias defendidas em *Dialética do Desenvolvimento* (1964), *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966) e outros trabalhos dos anos 60, que sustentavam as mesmas teses estagnacionistas²⁹. Depois do clássico *Formação Econômica do Brasil* (1959) e do *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), não há grandes mudanças nas idéias de Furtado, apesar de sua prodigiosa produção de títulos³⁰. Era natural que ele fosse escolhido como protótipo do estagnacionismo por vários críticos dessas idéias.

VI -Conceição Tavares, José Serra e o Novo Esquema de Acumulação

De acordo com Maria da Conceição Tavares e José Serra, a crise dos anos 60 não significava a estagnação estrutural da economia brasileira, conforme pensava Celso Furtado em "Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: Um Enfoque Estruturalista"(1969), mas representava "uma situação de transição para um novo esquema de desenvolvimento capitalista"³¹. Uma coisa parecia certa: a concentração de renda e a agudização das desigualdades, promovidas pelo modelo brasileiro de desenvolvimento não eram obstáculos para o prosseguimento da industrialização. Muito pelo contrário, a acumulação de capital se fazia em escala cada vez mais ampliada, ao que parece se alimentando, em parte, dessa concentração de riqueza. Isso significa que "o processo capitalista no Brasil, ..., embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, incorporando e excluindo setores da população e estratos econômicos, levando a aprofundar uma série de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes internas de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo. Neste sentido, poder-se-ia dizer que, enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a grande maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema ou, ainda, ao tipo de dinamismo que o anima."³² Uma parcela da esquerda brasileira se dava conta que o desenvolvimento capitalista ou a industrialização *tout court* não traria necessariamente a distribuição da riqueza.

Tavares e Serra procuram explicar o novo surto expansivo da economia brasileira, que se verificava de 1967 em diante, antes de mais nada pela ampliação do grau de solidariedade com a economia internacional. Nesta fase, os principais "agentes da expansão" são o Estado e o capital estrangeiro. O governo Castelo Branco se apressou em dar livre acesso ao capital estrangeiro, criando facilidades e eliminando entraves que o governo João Goulart criara em 1963. Com as resistências atenuadas pelo autoritarismo e livre dos compromissos populistas, o Estado pode promover um acelerado processo de modernização, fazendo uma reforma tributária e criando um mercado de

²⁹Para uma análise mais demorada das idéias de Celso Furtado, vide Guido Mantega, 1984, cap. 2.

³⁰Nos anos 60 Celso Furtado era o intelectual de ciências humanas com maior vendagem de livros no país, e talvez o mais conhecido no exterior.

³¹Maria da Conceição Tavares e José Serra, "Além da Estagnação", em M.C. Tavares, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaios sobre a Economia Brasileira*, 1972, Zahar Editores, SP., pag. 157.

³²M.C. Tavares e J. Serra, "Além da..", 1972, pag. 158.

capitais que "prepararam o terreno para um novo esquema de financiamento do setor público e privado".³³ Por outro lado, a política de arrocho salarial diminuiu o custo das empresas elevando as taxas de lucro. Poupança externa abundante, livre entrada de capital estrangeiro, salários arrochados, novos esquemas de financiamento, maior capacidade de investimento do Estado, enfim estavam dadas as condições para um novo surto de expansão da acumulação.

VII- Antônio Barros de Castro e a Agricultura Eficiente

Que papel estava destinado para a agricultura nessa nova fase expansiva da acumulação brasileira, que se inaugurava em 1967? De acordo com os estagnacionistas ela permanecera retrógrada e ameaçava dificultar, senão mesmo impedir a continuidade da industrialização. Afinal, era no campo que deveriam se concentrar os principais redutos pré-capitalistas, os famosos entraves à modernização brasileira. De acordo com Antônio Barros de Castro essa tese estava equivocada. Nos *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira* de 1969 ele procura demonstrar que a agricultura vinha cumprindo satisfatoriamente as funções que lhes cabiam no processo de desenvolvimento. Estava questionando a famosa tese da dualidade, onde a agricultura atrasada impede a industrialização de avançar. Passando em revista a literatura sobre o assunto, Castro critica Furtado, com base em Antonio Delfim Netto³⁴ e Ruy Miller Paiva, que sustentavam que pelo menos uma parte importante da agricultura brasileira vinha crescendo e se diversificando, "exatamente na medida requerida pelo nosso desenvolvimento global"³⁵.

Nesse trabalho Castro organizou a discussão sobre a questão agrária brasileira e tomou posição contra os estagnacionistas e os dualistas. O problema não era de se alinhar com a "direita" ou com a esquerda, mas sim de encontrar a análise que desse conta com mais propriedade, daquilo que estava acontecendo na agricultura brasileira. Um erro de avaliação implicava não só em desconhecer o que estava se passando com o setor agrário, mas também traçar uma estratégia equivocada de ação política e econômica. Castro consegue demonstrar que a agricultura vinha cumprindo satisfatoriamente suas funções clássicas de fornecer um excedente de alimentos e matérias primas, assim como de transferir capital para a indústria, de liberar mão de obra, de criar divisas para a importação de insumos e bens de capital e tudo o mais que se podia esperar do setor agrário.

Isso não significa que toda a agricultura brasileira estivesse se modernizando ao ritmo do avanço da indústria. Parte significativa permanecia miserável, improdutiva e com a população camponesa submetida a condição de subsistência. Porém não era ela que impedia a acumulação industrial porque estava fora desse circuito. Era preciso dissociar a questão econômica da questão social. O fato constatado por Castro é que "o sistema econômico no Brasil vem se tornando, cada vez mais, capaz de expandir-se, indefinidamente, sem reformas sociais - o que implica dizer que os problemas sociais não estão sendo convertidos em problemas econômicos pela evolução histórica. Faz, por conseguinte, sentido no nosso marco histórico, distinguir claramente entre problemas internos - aqueles que se referem ao prosseguimento da expansão - e

³³M.C.Tavares e J. Serra, "Além da ..", 1972, pag. 171.

³⁴As idéias de Antonio Delfim Netto sobre a agricultura estão em *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*, Estudos ANPES n. 5, 1966.

³⁵Antônio Barros de Castro, *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, 1969, Forense, RJ, pag. 93.

externos - de natureza política. O reconhecimento de que o reduzidíssimo nível de vida de ampla parcela da população, a concentração existente na propriedade da terra e outros traços marcantes da atualidade brasileira podem ser questionados e problematizados pela crítica e por movimentos sociais, mas não tendem a prejudicar o funcionamento e a expansão do sistema, coloca problemas inéditos para a compreensão do presente e a antevisão do futuro."³⁶

VIII- Francisco de Oliveira e o Modelo Endógeno de Acumulação

Essa questão do dualismo seria abordada com muita pertinência por Francisco de Oliveira no seu trabalho "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista" (1972). O objetivo de Oliveira era repensar a economia brasileira, não meramente enquanto um país subdesenvolvido, mas enquanto um modo capitalista de produção no qual a industrialização passa a ser o setor-chave para a dinâmica do sistema. Nesse sentido ele aponta as limitações e ambigüidades da teoria cepalina, fundamentada num arsenal teórico dúbio, que vai do liberalismo ao marxismo, e refuta as análises, mesmo da esquerda, que privilegiam categorias marginalistas e keynesianas, tais como a "relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala", para caracterizar a dinâmica da economia brasileira. Oliveira prefere caracterizar a acumulação com conceitos marxistas, tais como modo de produção, dominação, exploração, mais valia e demais categorias que permitem equacionar a luta de classes no país. Nesse sentido Oliveira dava um passo decisivo para interpretar a dinâmica de acumulação privilegiando as forças internas.

De acordo com essa metodologia, Oliveira começa sua análise definindo a relação capital-trabalho no Brasil, ou seja, as condições de exploração que caracterizam a acumulação industrial. Livre das ambigüidades de vários de seus contemporâneos, Oliveira demonstrou como a legislação trabalhista transformou os grandes contingentes populacionais que fluíam para as cidades num mercado formal de trabalho por meio da legislação trabalhista que deu um horizonte estável de salários. Mesmo o salário mínimo constituiu um referencial importante para o empresariado, que enquadrava a força de trabalho nesse patamar.

Francisco de Oliveira salienta também a importância do Estado para destruir "o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação."³⁷ Nesse sentido, o Estado, além de regular o preço do trabalho, fixou preços favoráveis para a industrialização, estabeleceu barreiras protecionistas, confiscou ganhos da agricultura, canalizou o gasto fiscal para a acumulação industrial, criou subsídios, implantou infraestrutura, enfim fez da acumulação industrial o centro do sistema.

Além disso, Oliveira apresenta uma tese sui generis sobre o papel da agricultura brasileira no processo de acumulação. Ao invés de um obstáculo ela estaria potencializando a acumulação, ao fornecer, por um lado, grandes contingentes populacionais, que vão engrossar o exército industrial de reserva, e, por outro lado, insumos e alimentos baratos, que vão rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo maiores níveis de exploração. As condições particulares da agricultura brasileira, que combina abundância de mão de obra, desorganizada e barata, com grandes extensões territoriais,

³⁶ Antônio Barros de Castro, 1969, pag. 12.

³⁷ Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", Seleções CEBRAP 1, Brasiliense, SP, (1972), 1975, pag. 14.

permite a implementação de uma espécie de "acumulação primitiva"³⁸ que é permanentemente transferida da agricultura para a acumulação industrial. Seria a forte exploração do campesinato brasileiro que sustenta, em parte, a acumulação industrial. Então, a dualidade entre a agricultura e a indústria é apenas aparente, pois o que ocorre é uma "integração dialética". Portanto, o atraso do campo não impede o avanço da acumulação urbana, mas a potencia ao baratear o custo de reprodução da força de trabalho. Além do mais, de acordo com Oliveira a produção industrial não precisa do mercado rural para vender suas mercadorias.

Outro aspecto importante da "Crítica à Razão Dualista" é a sua extrema sensibilidade para apreender um dos pontos mais vulneráveis da teoria do subdesenvolvimento e de todo o pensamento cepalino. Segundo Oliveira, a ótica da industrialização substitutiva de importações funda-se numa lógica de consumo e não numa lógica da acumulação. Ou seja, a industrialização brasileira seria decorrente da necessidade de preencher as lacunas deixadas pelas mercadorias externas, vale dizer, das necessidades de consumo, e não pela necessidade de acumulação, que vai encontrar na substituição de bens importados o canal para viabilizar essa acumulação. Além disso, "as formas de consumo impostas de fora para dentro parecem não ter nada a ver com a estrutura de classes, com a forma da distribuição da renda, e são impostas em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que conforma o padrão de distribuição de renda, é que "perverte" a orientação do processo produtivo".³⁹ Dessa maneira Oliveira resgata a lógica fundamental da acumulação capitalista, que não está centrada no consumo, como na visão fetichizada da teoria clássica, (o imperativo do mercado, do consumidor, etc), mas sim nas necessidades de valorização do capital. Pode-se dizer que Oliveira atingiu o calcanhar de Aquiles da análise cepalina, e colocou a questão da dinâmica da acumulação brasileira no seu devido lugar.

A rigor Francisco de Oliveira foi mais longe do que os dependentistas, não somente na caracterização das forças internas que constituem o processo de acumulação, como também atribuindo-lhes maior importância em relação às determinações externas. Em outras palavras, isso significa que a acumulação da capital no Brasil dos anos 50 em diante já reunia as condições de realizar-se mesmo diante da oposição do capital internacional. Nas palavras de Oliveira, "tomando como um dado a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 30, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida dentro dela mesma; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade quando há sincronia entre os movimentos interno e externo."⁴⁰

³⁸Nos termos de Oliveira: "o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de "subsistência", nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de "trabalho morto", de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos da lavoura, rebaixando-os." Francisco de Oliveira, 1972, (1975) pag. 16.

³⁹Francisco de Oliveira, 1972 (1975) pag. 21.

⁴⁰Francisco Oliveira. 1972 (1975), pag. 29.

IX- João Manoel C. de Mello, Maria da C. Tavares e o Capitalismo Tardio

A partir dos trabalhos da Nova Esquerda, foram ficando cada vez mais nítidos os mecanismos de constituição e consolidação do capitalismo retardatário brasileiro. Todos os autores dessa grande corrente estavam preocupados em caracterizar a dinâmica de uma sociedade periférica em transformação e cada um deles conseguiu iluminar algum dos vários ângulos desse processo. Cardoso salientara a importância de se analisar a estrutura de dominação e procurou caracterizar, em largas pinceladas, a atuação dos principais grupos sociais brasileiros. Não era suficiente, entretanto, para delinear os mecanismos da acumulação de capital industrial e financeiro no país. Singer vislumbrou um ciclo endógeno de conjuntura, porém não chegara a explicitar sua trajetória, ou seja, como se gesta a concretamente a fase ascendente do ciclo, a crise, e assim por diante. Tavares e Serra mencionaram um novo esquema de desenvolvimento capitalista, sem explicar profundamente seus mecanismos. Oliveira debruçara-se sobre a relação capital-trabalho, as formas de exploração, a relação entre a agricultura e acumulação industrial, e alguns aspectos do papel do Estado no processo de implantação da acumulação, mas, ainda assim, a tarefa estava incompleta. Faltava ainda caracterizar um modelo endógeno de acumulação que elucidasse as relações entre os vários departamentos da economia, ou entre as várias frações do capital, o industrial agrário e financeiro, ou entre as várias formas de valorização, a acumulação mercantil, industrial e financeira. As formas de produção e realização da mais valia. A questão tecnológica e outros aspectos determinantes do processo de acumulação.

Um avanço considerável em direção a um modelo endógeno de acumulação se deu graças a um conjunto de trabalhos, elaborados ao longo dos anos 70. Os mais importantes foram a tese de doutorado de João Manoel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, defendida na UNICAMP em 1975⁴¹, a tese de livre-docência da Maria da Conceição Tavares, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, também da UNICAMP de 1974 e sua tese de professora titular de 1978, *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, defendida na UFRJ, a tese de mestrado de Sérgio Silva *Le Café et l'Industrie au Brésil (1880/1930)* defendida em Paris em 1973, complementados pelos trabalhos de Wilson Cano, *As Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, de 1977 e de Liana Maria Aureliano, no *Limiar da Industrialização* de 1981. Esses autores, todos eles da UNICAMP, procuraram reconstituir a gênese e consolidação da acumulação capitalista no Brasil.

O ponto de partida é o clássico *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, que fez a primeira grande abordagem do tema, com as limitações inerentes a toda obra pioneira. Outro ponto de apoio importante é o notável trabalho de um veterano do seminário de "O Capital"

Fernão Novaes "Sistema Colonial, Industrialização e Etapas do Desenvolvimento", de 1973. A grande questão em pauta é a origem da acumulação industrial e financeira no Brasil, que vai ser buscada por esses autores na economia colonial exportadora. É o velho tema da "transição" da economia agro-exportadora para a economia urbano industrial, de acordo com a terminologia cepalina. Em outras palavras, buscava-se qualificar a passagem de uma economia capitalista exportadora, presidida, em grande medida pela

⁴¹Essa tese foi publicada em 1982 pela Editora Brasiliense.

lógica do capital mercantil, para um modo especificamente capitalista de produção, comandada pela lógica da acumulação industrial. A esta altura, convém salientar que era mais ou menos óbvio, para a maioria dos analistas, que as raízes da industrialização estavam fincadas no complexo cafeeiro, seguramente um dos empreendimentos coloniais mais bem sucedidas dentro do perímetro da periferia.

Mas de que maneira se dava essa relação? Predominava, entre os autores, a hipótese de que as chamadas "atividades internas" cresceram a sombra das atividades agro-exportadoras. Afinal, seria a renda criada no complexo exportador, sob a forma de salários, lucros, etc, que constituíam uma demanda de industrializados, a ser alimentada, a princípio pelas importações, e, subsequentemente, pela produção da indústria nacional. Sem dúvida, Furtado (1959) e Conceição Tavares (1964) foram os autores brasileiros que melhor descreveram esse processo de substituição de importações, por sinal bastante divulgado.⁴² Interessa aqui ressaltar a diferença que separa essa abordagem pioneira daquela levada a cabo pelos teóricos do capitalismo retardatário. Furtado considerava a atividade industrial como uma extensão da economia de exportação, que dependia da demanda gerada no setor exportador para subsistir e se expandir. Pelo menos enquanto não sobreviesse uma diversificação da estrutura industrial, com a constituição das indústrias de bens intermediários e de capital, que criassem uma "complementaridade" intersetorial, ou uma demanda entre os departamentos de bens de consumo, intermediário e de capital, que alimentasse a expansão da indústria.⁴³ Portanto, trata-se de uma interpretação que atribui um caráter essencialmente reflexo ao desenvolvimento capitalista brasileiro, pelo menos até os anos 60. Nesse ponto houve uma ruptura teórica importante por parte da maioria dos integrantes da Nova Esquerda. Pois desde "Dependência e Desenvolvimento" de Cardoso e Falleto que se tentava demonstrar que o desenvolvimento econômico brasileiro ou latino americano era essencialmente determinado pelos "fatores internos". O que parece apenas um jogo de palavras (externo versus interno) encobre uma diferença fundamental. Porque os fatores internos representam os movimentos de valorização do capital, que vão engolfando a economia colonial até subordiná-la a sua lógica de acumulação.

Para começo de conversa isso implicava que a relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial não era meramente de complementaridade como em Furtado e nem de antagonismo, como na abordagem cepalina, mas sim uma relação contraditória, conforme demonstrava Sérgio Silva (1973) porque, se por um lado, o capital industrial se originava no capital cafeeiro, tinha de suplantar os limites da acumulação mercantil a que este estava submetido para atingir a sua maioridade e caminhar com suas próprias pernas. Portanto a acumulação industrial tinha de romper, ou melhor, modificar os laços de subordinação a que estava submetida a produção colonial no âmbito da economia mundial.

A transição para o novo modo de acumulação e sua dinâmica foi muito bem caracterizado por João Manoel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares. A questão era saber como se constituíram as relações de produção e as forças produtivas especificamente capitalistas, a partir da economia cafeeira. Segundo Cardoso de Mello, a economia cafeeira capitalista cria as condições

⁴²Para uma análise demorada do Modelo de Substituição de Importações, vide Guido Mantega, 1984, capítulo 2.

⁴³Para uma discussão das principais interpretações sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro vide Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*, 1995, Brasiliense, São Paulo, em particular o capítulo 1.

básicas para o nascimento do capital industrial, quais sejam: 1) uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) uma força de trabalho transformada em mercadoria; e 3) um mercado interno de proporções consideráveis.⁴⁴

Mas não é nas crises da economia cafeeira que a acumulação industrial ganha particular impulso, ao contrário do que pensavam os partidários da teoria dos "choques adversos", e sim justamente nos momentos de auge exportador, quando uma parte do capital gerado no complexo cafeeiro vai em busca de novas formas de valorização. Essa tese é corroborada pelo estudo empírico de Wilson Suzigan (1995), que verifica "uma relação direta entre a expansão do setor agrícola-exportador e o investimento industrial: períodos de crescimento do investimento industrial coincidiram com fase de expansão das exportações, enquanto períodos de declínio do investimento industrial coincidiram com crises do setor exportador."⁴⁵ É que a expansão das exportações possibilitava o acesso da indústria a matérias primas e maquinaria importadas, imprescindíveis para a viabilização de seus investimentos. O que estou tentando ressaltar, nesta rápida digressão sobre a gênese do capital industrial, é que o enfoque da teoria dos choques adversos de Furtado, privilegia a demanda como mola mestra da industrialização, enquanto a teoria do capitalismo tardio de João Manoel privilegia as condições para a reprodução do capital industrial em escala ampliada.

Com base nesse método analítico, que privilegia as determinações internas, Cardoso de Mello vai repensar toda a história econômica brasileira, desde os tempos coloniais, desembocando numa nova periodização, constituída pela economia colonial, pela economia mercantil escravista nacional e pela economia exportadora capitalista, este último período abrangendo três fases: nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada. Dessa maneira Cardoso de Mello procurava superar as limitações da periodização cepalina, que ignorava a luta de classes e as determinações internas e, no entanto, era a única disponível e comprometia os trabalhos que a utilizavam⁴⁶. É o caso da "Dependência e Desenvolvimento" de Cardoso e Falleto, que não foi mais longe porque permaneceu preso a essa periodização. Portanto a superação das teses cepalinas só se completaria mediante uma nova visão de cada fase histórica da América Latina.

Até 1955 ocorre uma industrialização restringida porque "as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial".⁴⁷ Entretanto, entre 1956 e 1961 implantou-se no país um bloco de investimentos que alterou radicalmente a estrutura do sistema produtivo e promoveu um processo de industrialização pesada, ou seja um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo. É a fase de industrialização pesada que vai delinear um novo padrão de acumulação. Foram vários os autores que caracterizaram corretamente esse

⁴⁴ João Manoel Cardoso de Mello, 1982, pag. 99.

⁴⁵ Wilson Suzigan, 1995, pag. 37.

⁴⁶ A periodização cepalina para a história econômica latino-americana é: economia colonial, fase de substituição de importações com industrialização e internacionalização do mercado.

⁴⁷ João Manoel Cardoso de Mello, 1982, pag. 110.

período, particularmente Maria da Conceição Tavares (1974) e (1978), Carlos Lessa (1975).

X - Conclusão

No final dos anos 70 não havia mais dúvida que o Brasil se tornara uma um país capitalista retardatário, com uma capacidade endógena de acumulação. Estava consolidado um capitalismo dependente e associado que até mesmo implantara um completo parque produtivo de setor de bens intermediários e de capital. Estavam dados internamente os principais momentos da acumulação de capital.

A consolidação do capitalismo brasileiro implicou numa revisão teórica no pensamento econômico brasileiro. Não havia mais espaço para o estagnacionismo ou para as correntes como a neomarxista, que negavam a possibilidade de desenvolvimento capitalista no Brasil. Os fatos se encarregaram de fazer um ajuste de contas com essas teorias equivocadas. A própria CEPAL foi se apagando e deixou de ser uma referência teórica importante para a América Latina, tornando-se apenas mais um escritório da ONU. No final dos anos 70, mesmo o desenvolvimentismo autoritário fazia água, acuado pelas crescentes dificuldades econômicas, pela desigualdade social e pelas críticas ao regime militar. Enquanto isso, as análises dos pensadores da nova esquerda continuaram avançando, fornecendo um quadro cada vez mais preciso da dinâmica do capitalismo retardatário brasileiro. A acumulação oligopolista, o Estado, o setor de bens de capital, as novas alianças de classe e outros temas dessa natureza foram objeto de inúmeros trabalhos que compunham essa totalidade cada vez mais complexa da realidade brasileira, permitindo a constituição de modelos endógenos de acumulação. Apesar disso, não houve, dos anos 80 em diante, nenhum trabalho da envergadura de um *Formação Econômica do Brasil*, ou de *Dependência e Desenvolvimento*, ou ainda um *Capitalismo Tardio*, que estabelecesse outro marco teórico, ou inaugura-se uma nova fase do pensamento econômico brasileiro.

Consumada a transição para a acumulação industrial e financeira, deixavam de existir parte daquelas peculiaridades que tornavam o Brasil um objeto específico de análise, que exigia uma teoria apropriada para compreendê-lo. Estava encerrado um ciclo importante do pensamento econômico brasileiro.

Bibliografia

- Agarwala, A.N. e Singh, S.P. (org)
1969 - *A Economia do Subdesenvolvimento*, SP, Forense.
- Bacha, E.
1976 - *Os Mitos de Uma Década: Ensaios de Economia Brasileira*, RJ, Editora Paz e Terra.
- Bacha, E., Klein, H.S. (org),
1986 - *A Transição Incompleta*, RJ, Paz e Terra.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello
1984 - *O Senhor e o Unicórnio - a economia dos anos 80*, SP, Brasiliense.
- Biderman, C., Cozac, L.F., Rego, J.M.,
1996, *Conversas com Economistas Brasileiros*, SP, Editora 34., Bielschowsky, Ricardo

- 1988 - *Pensamento Econômico Brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimento*, RJ, PNPE/IPEA.
- Bier, Amauri G., Paulani, Leda, e Messemberg, Roberto
1987 - *O Heterodoxo e o Pós-Moderno*, SP, Paz e Terra.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos
1968 - *Desenvolvimento e Crise*, RJ, Zahar Editores.
1982 - "Seis Interpretações Sobre o Brasil", em *Dados- Revista de Ciências Sociais*, RJ, Vol. 25, n.3.
- Campos, R.
1954 - *Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos*, FGV/EAESP.
1994 - *A Lanterna na Popa - Memórias*, RJ, Topbooks.
- Campos, R e Simonsen, M.H.
1979 - *A Nova Economia Brasileira*, RJ, José Olympio.
- Cardoso, Fernando Henrique
1964 - *O Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, SP, Difel.
- 1971 - "Teoria da Dependência ou análises concretas de situações de dependência?", *Estudos CEBRAP 1*, SP.
1972 - *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*, SP, Dif.
- Européia do Livro.
1975 - *Autoritarismo e Democratização*, RJ, Paz e Terra.
1980 - *As Idéias e seu Lugar*, RJ, Paz e Terra.
- Cardoso, Fernando H. e Faletto, Enzo
1970 - *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, RJ, Zahar Editores.
- Cardoso de Mello, João Manoel
1982 - *O Capitalismo Tardio*, SP, Brasiliense.
- Castro, Antonio Barros de
1969 - *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*, RJ, Forense.
- Castro, Antonio Barros de, e Souza, Francisco Eduardo Pires de
1985 - *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, RJ, Paz e Terra.
- Cruz, Paulo Roberto Davidoff Chagas
1986 - *Dívida Externa e Política Econômica - A Experiência Brasileira dos Anos 70*, SP, Brasiliense.
1993 - "Dívida Externa e Financiamento de Longo Prazo na Economia Brasileira do Pós-Guerra", Campinas, Univ. de Campinas, mimeo.
- Delfim Netto, A., Pastore, A.C., Cipollari, P. e Carvalho, E.P.
1965 - *Alguns Aspectos da Inflação Brasileira*, Estudos ANPES, SP.
1966 - *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico*, SP, Pioneira/ED-USP.
- Domar, E. D.,
1961- "The Capital-Output Ratio in the United States: its Variation and Stability", in *The Theory of Capital*, Proceedings of the I.E.A., Macmillann & Co., London.
- Fiori, José Luis
1995 - *Em Busca do Dissenso Perdido - Ensaios Críticos sobre a Festejada Crise do Estado*, RJ, Insight Editorial
- e Consult.
Fishlow, A.
1974 - "Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira 1964", *Estudos CEBRAP 7*, jan-mar.
- Após
Frankel, M.,

- 1961- "Producer Goods, Consumer Goods and Acceleration of Growth",
Economic Journal, March.
- Furtado, Celso
1964 - *Dialética do Desenvolvimento*, RJ, Fundo de Cultura.
1966 - *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, RJ, Civilização Brasileira.
1972 - *Análise do "Modelo" Brasileiro*, RJ, Editora Civilização Brasileira.
1974 - *O Mito do Desenvolvimento*, RJ, Editora Paz e Terra.
1981 - *O Brasil "Pós Milagre"*, RJ, Paz e Terra.
1985 - *A Fantasia Organizada*, RJ, Paz e Terra.
- Goldenstein, Lúcia
1994 - *Repensando a Dependência*, RJ, Paz e Terra.
- Hirschman, Albert
1971 - *A Bias for Hope - Essays on Development and Latin America*, Yale University Press.
1986 - *A Economia como Ciência Moral e Política*, SP, Brasiliense.
- Langoni, C.G., e Delfim Netto, A.,
1973 - *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, RJ, Editora Expressão e Cultura.
- Lessa, Carlos
1975 - *15 Anos de Política Econômica*, SP, Brasiliense.
1978 - "A Estratégia do Desenvolvimento 1974/76: sonho ou fracasso", Tese de Professor Titular, RJ, UFRJ, mimeo.
- Mahalanobis, P.C.,
1952 - Some Observations on the Process of Growth of National Income, Sankhya.
- Malan, P. e Pereira, J.E.de C.
1973 - "A Propósito de uma Reinterpretação do Desenvolvimento Brasileiro desde os Anos 30", Revista DADOS n. 10.
- Mantega, Guido
1984 - *A Economia Política Brasileira*, SP, Polis/Vozes.
1995 - "Delfim Netto e a Consolidação do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento", FGV, NPP, mimeo.
1996 - "O Governo Geisel, o II PND e os Economistas", FGV/NPP, mimeo.
- Mantega, Guido e Moraes, Maria
1980 - *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*, RJ, Paz e Terra.
- Oliveira, Francisco
1972 - "A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista", em Estudos Cebrap n. 2, out. de 1972.
- 1977 - *A Economia da Dependência Imperfeita*, RJ, Graal.
- Palma, Gabriel
1978 - "Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?", Word Development, vol.6, Pergamon Press.
- Santos, Theotônio dos
1967 - *El Nuevo Caracter de la Dependencia*, Santiago, Centro de Estudios Sócio-Econômicos da Universidade do Chile, CESO.
- 1972 - *Socialismo o Facismo*, Buenos Aires, Editora Periferia.
- Santos, Wanderley Guilherme
1978 - *Poder e Política: Crônica do Autoritarismo Brasileiro*, RJ, Forense Universitária.

- Serra, José
 1979 - "As Desventuras do Economicismo: Três Teses Equivocadas sobre Autoritarismo e Desenvolvimento", em Dados, n.20, RJ.
- Serra, José e Cardoso, Fernando Henrique
 1979 - "As Desventuras da Dialética da Dependência", em Estudos Cebrap n. 23.
- Singer H.,
 1953 - "O Mecanismo do Desenvolvimento Econômico", Revista Brasileira de Economia, março.
- Singer, Paul
 1973 - "As Contradições do Milagre", em Estudos Cebrap n.6, out-dez 1973.
- 1976 - *A Crise do Milagre*, RJ, Paz e Terra.
- Solow, R.,
 1956 - "A Contribution to the Theory of Economic Growth", Quartely Journal of Economics, February.
- 1957 - "Technical Changes and Aggregate Production Function", Review of Economics and Statistics, August.
- Suzigan, W.,
 1995 - *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*, SP, Brasiliense.
- Tavares, Maria da Conceição
 1972 - *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, RJ, Zahar Editores.
- 1975 - *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, Tese de Doutorado, UFRJ.
- 1978 - *Ciclo e Crise, o Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, Tese de Professora Titular, UFRJ.
- 1993 - *Desajuste Global e Modernização Conservadora*, RJ, Paz e Terra.
- Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos(orgs.)
 1975 - *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, RJ, Zahar Editores
- Weffort, F.
 1971- "Nota sobre a 'Teoria da dependência': teoria de classe ou ideologia nacional", Estudos CEBRAP 1.